

INTERDIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM “A FLORESTA DO ADEUS”, DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR



<https://doi.org/10.22533/at.ed.1111125170311>

Data de aceite: 20/05/2025

Angélica Cristina da Silva

(UFMS/PPGCult)

<http://lattes.cnpq.br/7941060899572085>

Marcos Rogério Heck Dorneles

UFMS/PPGCult

<http://lattes.cnpq.br/4685357188353033>

RESUMO: Este trabalho busca articular determinados aspectos teóricos relacionados às esferas do preconceito e da subalternidade com a compreensão do desdobramento de transformações das personagens no conto “A floresta do Adeus”, de Itamar Vieira Júnior (2021). Esses aspectos teóricos trazem fundamentos que ilustram determinadas causas e contextos em que o preconceito e a subalternidade fazem parte da engrenagem que mantém as estruturas, as quais classificam os sujeitos a partir do gênero, raça e condição econômica. Para efetuar essa interface, utilizaremos perspectivas teóricas advindas de horizontes conceituais dos estudos culturais, tais quais as propostas reflexivas de Bell Hooks (2022), Achille Mbembe (2022), Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2009) dentre outros. Esse contorno teórico possibilita a visualização de um quadro da

formação colonialista da constituição latino-americana e das suas derivações vivenciais em tempos mais recentes. Por outro lado, a interlocução crítica com o texto literário proporciona um mergulho em determinadas agruras sociais recorrentes nas necessárias transformações dos sujeitos. Destacamos como proveito reflexivo da investigação a virtualidade estética da força dos afetos e a potencialidade impulsionadora do horizonte em que os sujeitos se colocam como atores de sua jornada e conscientes de seus contextos.

PALAVRAS-CHAVE: conto; estudos culturais; literatura brasileira contemporânea; preconceito; subalternidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como um dos objetivos compreender certas configurações que propiciam situar o preconceito e a subalternidade como elementos direcionadores e basilares na formação cultural do povo latino-americano, em particular, do povo brasileiro e suas relações com a cultura de exclusão. Muito se discute acerca de algumas relações

sociais, em que esferas elas acontecem e como se estabilizam a partir das diferenças de classe, gênero e cor. Tais cenários arraigados são explicitamente utilizados para justificar ações excludentes e inferiorizar “outras gentes”. Apesar de serem constituídas por farta diversidade, as sociedades, especificamente as colonizadas, foram dispostas de formas fragmentadas e classificadas a partir de paradigmas como o preconceito, o qual ignora noções elementares de humanidade e diversas particularidades do “outro”. Nesse esquadro, justifica-se a agência do colonizado, aferrando-o a lugares inferiores e hostis, edificando muros intransponíveis entre determinadas práticas correntes do ocidente e o delineamento dos outros a partir de um constructo social, que legitima os domínios do colonizador e estabelece a clivagem da subalternidade, como situam os estudos de Bell Hooks (2022), Achille Mbembe (2022), Aníbal Quijano (2005) e Walter Mignolo (2009).

Dentre outras metas, definiu-se a visualização de relações que podem existir entre o entrelaçamento desses componentes culturais no texto literário e a consideração do saldo social e simbólico, resultante da ocupação compulsória realizada por inserções de feitiço mercantilista, que extrai, transgride e violenta gentes ao impor seus modos de vidas, valores morais e religiosos. Neste trabalho tais compreensões indagativas se situam numa articulação com o desdobramento das performances das personagens em conto literário. Para isso, tomaremos como corpus de exame a narrativa “A floresta do Adeus” – que integra a coletânea *Doramar ou a odisseia*, de Itamar Vieira Júnior (2021) –, a qual é constituída por uma temática determinada a descrever certas relações humanas a partir de uma abordagem social e histórica mais crítica. O conto é tecido a partir da crítica a padrões comportamentais impostos ao homem indígena e ao homem afrodescendente, os quais trazem a memória de elementos que foram decisivos na construção do sentido das novas identidades do colonizado.

CENÁRIO INTERDITO

Para compreender e superar fenômenos como o preconceito e a subalternidade, é necessário discernir determinadas estruturas de poder que articulam os comportamentos e alocam grupos em lugares de exclusão. Para tanto, faz-se necessário reconhecer a heterogeneidade cultural, as diversas práticas e saberes que, influenciadas, consolidam costumes que validam e ressignificam hábitos. A negação das diferentes práticas é uma herança disseminada pelo colonizador na tentativa de apagar os costumes dos povos colonizados, a saber, os povos afrodescendentes e indígenas. Assim, é crucial compreender como tais paradigmas, não menos violentos, são ferramentas importantes na constituição formas de abuso de poder político-econômico e de configurações de exploração do trabalho implantado em toda a América Latina. Nesse cenário depreende-se que o preconceito pode buscar inferiorizar e desqualificar o outro a fim de subalternizar.

Numa perspectiva semelhante, Walter Mignolo (2009), em *El Lado más oscuro del Renacimiento*, emprega uma crítica cortante à ausência de soberania epistemológica na América Latina, imposta pelas principais forças hegemônicas do Ocidente. O qual, na tentativa de anular as práticas de povos colonizados e implantar o conceito de *conocimiento cero* – e com a intenção de aludir e dispersar a ciência a partir de determinados idiomas (francês, inglês e alemão) –, expressa o caráter político e social da língua e a investida de amparar o domínio que a Europa detinha dos saberes. Logo, atuava-se a fim de impedir a distribuição de textos científicos nas línguas castelhana e portuguesa. Países falantes do francês, alemão e inglês estabeleciam parâmetros para as ciências filosóficas e exatas na tentativa de estabelecer a hierarquia de valores do seu *status quo* entre o Ocidente e os outros. Enquanto, as línguas indígenas e latino-americanas estão relegadas a lugares dito secundários de produções ligadas às artes e literaturas, Já o Ocidente é incumbido de produzir ciência e filosofia, mantendo a estrutura de domínio estabelecida através da colonização. Nesse quadro, é indispensável uma ruptura com a hegemonia do conhecimento científico e, para isso, é preciso ampliar as perspectivas epistemológicas.

Nos estudos culturais pós-coloniais, convoca-se à urgência em descolonizar o saber e descentralizar os lugares de enunciação epistemológica. Contesta-se o que foi a transculturalização, bem como os resultados que produziram novas formas de pensar, sentir e agir, reafirmando a nova identidade do colonizado. Propõe-se observar sob um novo prisma e expandir os lugares de onde se investiga e reescrever suas heranças coloniais na modernidade, a partir de um olhar atento às pluralidades e experiências.

Se a língua, os hábitos e os conhecimentos de povos explorados foram intencionalmente ofuscados e desmerecidos na tentativa de desumanizar os sujeitos a partir da substituição de novos hábitos, outros foram inseridos na tentativa de produzir novos modos de vida. Portanto, estabelecia-se o preconceito que fundamenta e a subalternidade como uma nova organização espacial a fim de influenciar nas práticas sociais e de trabalho, conforme assinala Mignolo (2009).

Semelhante projeção crítica de pensamento pode ser visualizado na obra de Itamar Vieira Júnior (2019), que descreve vividamente a realidade experimentada por parte dos povos indígenas, negros e seus descendentes. Pois, tais povos, racializados, estiveram apartados de seus costumes e, mesmo na tentativa de memorar suas raízes, foram, através do compulsório domínio eurocêntrico, inferiorizados e sufocados por costumes “brancos e civilizados”. Sendo, das violências sofridas pelos povos originários e afrodescendentes, a mais longa e impiedosa forma de segregação imposta pela herança de exploração e escravagismo que extraiu a matéria e sucumbiu as suas tradições, como se pode dialogar com o que expressa Anibal Quijano: “Os povos conquistados e dominados foram colocados em uma situação de inferioridade natural e, conseqüentemente, seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais, foram desvalorizados” (Quijano 2005, p. 118). Em conformidade com a discussão empreendida por Quijano, observa-se que a

colonialidade do poder recebeu uma nova roupagem, se comparada a aspectos da primeira fase da escravidão no Brasil, onde, até o século XVI e meados do século XIX, mais de 4 milhões de homens, mulheres e crianças foram escravizados. Esse período é conhecido mundialmente pela barbárie que exterminou negros e indígenas nos campos de trabalho. Porém, após tantas atrocidades, no mundo moderno, a colonialidade recebe uma nova configuração. Ela não é mais manifesta através da chibata, correntes, estupro e mutilações. Hoje, seus descendentes herdaram do centro europeu o racismo e a “civilidade”. Aqui não se toca atabaque, bantu ou congo. Suas orações foram resumidas e decoradas e seus deuses são recebidos em silêncio.

A violência física ganhou *status* de legalidade ao ser institucionalizada e legitimada pelo Estado, que possui o direito de decidir sobre os que “merecem” ou não viver. O colonizador precisou designar o labor remunerado como privilégio do branco para disseminar por todo o Ocidente uma nova modalidade de escravidão do negro e de povos originários.

Em um discurso que atribui inferioridade do colonizado à sua cultura e seus conhecimentos, justificou-se a hierarquia racial que permeia as relações humanas e abona o preconceito e a subalternização nos dias atuais. Nesse sentido Michel Foucault aponta o caráter reafirmador das iniquidades com o aparato repressivo: “[...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 1999, p. 306). Nesse caminho, pode-se realizar uma interlocução com Foucault por intermédio das perspectivas de Achile Mbembe (2017), a fim de examinar uma discussão pertinente acerca dos dispositivos estabelecidos e utilizados para conter comportamentos considerados inadequados (para o conjunto de forças políticas e econômicas constituídas), buscando subjugar e manter os menos favorecidos em espaços de neutralidade, distantes dos lugares de poder. Assim, é possível notar a relação entre ferramentas excludentes e condenatórias como o preconceito e a subalternidade, que culminam na exclusão da maioria, compreendidos como mecanismos do aparato estatal, legitimados a partir do discurso hegemônico que celebra o colonizador, enquanto se negligencia os povos negros e indígenas da terra e se continua a assolar seus remanescentes. Esse debate pode ser visualizado no seguinte fragmento do conto “A floresta do Adeus”, de Itamar Vieira Junior:

Aqui é o limite, o soldado aponta com a arma uma linha amarela quase apagada no chão. Duas cercas de arame farpado se estendem paralelas à estrada de um lado, ao fundo de uma floresta, do outro. Uma estrada longa, a vista não alcança. [...] Cada cerca tem cinco metros de altura, vinte ou trinta centímetros de profundidade, entre uma e outra há um espaço de meio metro. A zona, silenciosa, é guardada por soldados ao longo da linha, como soldadinhos de chumbo dispostos ali por uma mão infantil, que mantêm quase a mesma distância entre um e outro. (Vieira Junior, 2021. p. 11).

Nesse fragmento da narrativa, o texto explicita que certas fronteiras, ainda que simbólicas, podem agredir os sujeitos de forma contundente quando são desafiadas – seja por questões de sobrevivência ou até mesmo por lutas de classe e identitárias, que sempre foram complexas e, partindo delas, grandes confrontos foram formados, dizimando os seres humanos.

TRANSFORMAÇÃO DOS SUJEITOS

O conto “A floresta do Adeus” nos traz as dificuldades para a continuação da história de amor entre os primos Luís e Rosa, a participação combativa da Isabel Pequena (Tia Belita) e, simultaneamente, apresenta um momento histórico de expressiva opressão das possibilidades de atuação política. A narrativa não apresenta uma data específica e um local preciso nos quais se inserem as ações do conto, como expõe Paulo Wagner Moura de Oliveira: “Diferente do romance *Torto arado*, no qual há uma referência geográfica à Chapada Diamantina e a história de comunidades quilombolas que lutam pelo direito à terra, o conto ‘A floresta do Adeus’ não localiza regionalmente de forma tão direta o *topos* onde a narrativa é ambientada [...]” (Oliveira, 2022, p. 35). Além disso, o texto faz uso da troca de vozes narrativas e de perspectivas de visão, apresentando em momentos alternados a voz e a visão de Luís, Rosa, Isabel Pequena (Tia Belita) e um narrador em terceira pessoa do discurso e teoricamente distanciado dos acontecimentos. De outra parte, o conto também apresenta idas e vindas no tempo, como nessa passagem em que acontecimentos futuros se apresentam antecipadamente (as supressões graduais da separação):

[...] **logo os soldados foram se tornando insuficientes** para controlar tamanho afeto, as patrulhas não bastavam para impor um limite aos encontros que se transformavam quase em confraternizações, [...] **logo as mulheres voltam para seus lugares ao longo da cerca, grávidas** de seus homens trabalhadores que habitam o progresso, o amor tão irrequeto e transgressor não causa mais espanto aos soldados, o desassossego é um sopro nas proibições, eles baixam as armas, compartilham o pão com os vigiados, amam em seus recatos, deixam-se ferir porque não temem as feridas da carne, a cerca, alta em outros tempos, diminui, entorta-se, rompe-se e se quebra; se no início era reparada, agora não é mais, **as passagens se multiplicam, Luís encontra a boca de Rosa**, quente como na infância, na virtude da adolescência, **seus braços envolvem a cigana** dos campos além da floresta, (Vieira Júnior, 2021, p. 19-20; grifos nossos)

Já o título do conto (“A floresta do Adeus”) faz alusão a um processo futuro de perda da biodiversidade no local – por conta da plantação de árvores de monocultura (provavelmente eucalipto) – e aponta para uma advertência de um nativo:

Sabe-se que um nativo a chamou de **floresta do Adeus porque**, quando ela chegou com os homens e em pequenas mudas, **a população local foi deslocada para longe**, e as folhas, quando as árvores atingiram a maturidade, farfalhavam replicando o vento, como pequeninas mãos dando adeus. (Vieira Junior, 2021. p. 11; grifos nossos).

À parte essa questão da monocultura florestal, outros processos proibitivos se apresentam no conto como a proibição familiar do amor entre os primos, a interdição política, a dimensão política da cerca que institui a separação territorial, a recorrência da hipocrisia social etc. Além do nativo que nomeou a floresta, a família de Rosa provavelmente é composta de familiares negros de precárias condições econômicas, haja vista os contrastes anunciados no decorrer do conto. Especificamente, Luís dispõe-se como um opositor político; Rosa como uma “cigana” e Tia Isabel está encurvada, corcunda.

Uma fronteira, mesmo que simbólica e quase apagada, pode parecer intransponível para os que, fixados à margem, ficaram de fora. As divisas compreendem limites emancipatórios impostos aos desprovidos e vulneráveis, anunciados contrastivamente a partir de locais privilegiados. Assim, colônias ganharam poder ao fazer uso da inferiorização e exploração dos indivíduos. Discussões infundadas acerca de costumes e modos de vida excluem o diferente, o estranho e o designado feio. Se a cultura é tudo o que forma o modo de vida de um povo específico, logo, esse conjunto precisa ser valorizado, mesmo porque toda produção cultural articula perspectivas de transformações e de interações no decorrer da história. Os perigos do etnocentrismo, que insulta os povos, é resultado da insciência cultural que contorna a formação cultural de uma nação e provoca uma ruptura histórica nas relações humanas. A exploração do indígena e do negro no Brasil provou o apagamento de suas culturas; foram dominados, perderam a voz e a vez de ser, dominação esta que lhes proporcionou um (in)certo lugar, mesmo que subjetivo e determinado pelo colonizador, como discorre Frantz Fanon:

A cidade do colonizado [...] é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras.

A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. (Fanon, 1968, p. 29)

Neste excerto, Fanon ilustra o lugar do excluído a partir de uma crítica ao colonizador, que extraiu os recursos e explorou o trabalho dos povos afrodescendentes e indígenas. E estes logo tiveram sua identidade destruída e foram alocados às margens. Contudo, já não importa se nascer ou morrer, um lugar de carência de pão, de abrigo, de segurança é um ambiente crônico, submisso e sem voz. Impedidos de adentrar a outros lugares pertencem a uma classe de sujeitos negligenciados pela história. Nessa cidade, a violência está entrelaçada às práticas abusivas, institucionalizadas através de dispositivos fundamentados a partir da perspectiva do colonizador. Este, ao atribuir caráter desumano e incompleto ao afrodescendente e ao indígena em uma tentativa de positivar o pensamento eurocêntrico, rejeita a heterogeneidade cultural, extingue a possibilidade de emancipação, cumprindo o propósito da colonização, que aniquila e promove a morte social do indivíduo por meio do preconceito e da subalternização, conforme aponta Mbembe (2017).

Em diálogo com essas reflexões, pode-se vislumbrar no conto “A floresta do Adeus” a descrição metafórica de um extrativismo e de uma exploração da terra, cujo arcabouço foi legitimado por decretos que regulamentam e excluem a ilicitude da ação, provocando desacerto de fato: “As **cercas são novas, brilham como a prata de Potosí**, formam espirais, dão voltas em torno do ar, envolvendo-o de modo lento e perigoso” (Vieira Junior, 2021, p. 11; grifos nossos). Nesse trecho pode-se visualizar uma exploração sócio-histórica a que os povos latino-americanos foram submetidos. Ao descrever as cercas que, “novas”, remetem àquelas que não existiam há pouco mais de quinhentos anos, quando os povos originários caminhavam livremente por estas terras e não viviam da terra e sim, com a terra. A comparação com a prata de Potosí evoca a exploração que, tal qual ali, atraiu extrativistas e, semelhante ao que nos sobreveio, aquelas terras também sofreram com a imposição do abusos que exterminou a muitos indígenas e negros, pelas más condições de trabalho.

Airton Krenak (2019), ao dialogar com Eduardo Galeano (1978), recorda o apontamento a respeito da opinião de países que compõem parte da América do Sul em relação ao equívoco que foi a “civilização” do Ocidente sobre as Américas, e evoca a importância de resistir às investidas do império europeu. Nas palavras de Galeano: “Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os tempos remotos” (Galeano, 1978, p. 13). Em *As veias abertas da América Latina* o autor descreve, com comoção, a exploração dos recursos naturais na América Latina, práticas dos impérios europeus e, conseqüentemente, da realização de outros commodities. Galeano aponta como a exploração dos recursos levou ao enriquecimento do colonizador e ao empobrecimento das colônias e à dependência em relação a países mais ricos.

Já em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak (2019) discorre sobre os prejuízos que o efeito de determinadas medidas do capitalismo provocou, dizimando parte de grande parcela da população do campo, lançando-a em grandes centros e favelas. O autor recorda a importância que as tradições e as memórias têm na manutenção da saúde do indivíduo, e também salienta os danos ocasionados pela ruptura com a natureza como a perda de referências, indispensáveis para a formação do ser e o pleno desenvolvimento dos sujeitos. Krenak (2019) reafirma a relevância que há nos movimentos de resistência dos povos originários, que, a duras penas, vêm subsistindo apesar das investidas do sistema contra a tradição, na tentativa de que esta se alie ao modelo econômico e, assim, colabore para a destruição da natureza. O autor ainda questiona a perspectiva de homogeneidade humana e celebra as subjetividades e diversidade dos seres, rejeita a ideia de uma vida resumida ao acúmulo de riquezas, de exploração e de trabalho arbitrário, justificados a partir de certas perspectivas do capitalismo. O ambientalista defende a cultura indígena e a sabedoria dos povos originários, com o homem em harmonia com o meio ambiente, como uma das únicas possibilidades de conservação da vida e da diversidade, conforme destaca Krenak (2019).

As escrituras de Itamar Vieira Júnior são aprimoradas em recorrer a recortes que ilustram a violência a que povos colonizados permanecem submetidos há séculos. Visualizar determinados lugares em que os povos subalternizados exercem suas certificações de resistência, reafirma a importância da memória histórica. Embora o passado não possa ser transformado, é importante que a memória daqueles que foram ultrajados e tiveram sua existência maculada não seja apagada e transformem-se em marcos de resistência, tal como expresso no fragmento do conto “A floresta do Adeus”, ao reportar a convivência com a arbitrariedade:

“[...] cada ferida aberta no metal vai se tornando parte de cada corpo, então não há importância se todos se ferem, os filetes de sangue deixam os corpos como minúsculas pétalas, petúnias encarnadas florescem na aridez da estrada, na luz morta da floresta do Adeus,” (Vieira Júnior, 2021, p. 19).

O texto incita o leitor a refletir sobre a condição daqueles que tiveram feridas abertas em seu corpo (o povo) e que apresentaram seus corpos dominados. Desse modo, destituíram-se e se construíram identidades pautadas na identidade do colonizador. Logo, novas formas de sentir e de agir, mesmo entre os descendentes, coparticipantes das dores, resultantes das atrocidades às quais homens, mulheres e crianças foram expostos por séculos. O legado da opressão e da dilaceração está estampado diariamente nos noticiários, revelando a existência de sequelas que corrompem a existência dos remanescentes indígenas e negros, atravessados pelos elementos de preconceito e subalternidade, e que seguem encaixotados de geração em geração. Contudo, é preciso frisar que as mulheres ainda ocupam predominantemente os postos de vítimas e também em percentuais maiores ocupam lugares socioprofissionais inferiores, mesmo equiparadas a homens pertencentes às mesmas classes econômicas e de questões de raça. Percebemos a real condição da mulher, estampada em todas as esferas da sociedade em todos os níveis e relações, apesar de contar com variados dispositivos e aparatos jurídicos disponíveis. Os meios ainda não demonstram competência suficiente para extinguir todo o fardo herdado há séculos pela colonização e pela escravidão, em particular o das mulheres negras, que foram estipuladas a certas formas de trabalho e expostas diariamente a todo tipo de violência. No conto “A floresta do Adeus”:

[...] **não éramos lembradas nos dias especiais** quando as boas famílias recebiam cumprimentos do sacerdote ou as mulheres de sobrenome eram louvadas por seus gestos de benevolência, quando dava uma moeda de suas riquezas. Sempre fomos deixadas em segundo plano por Deus e pelos que falam em seu nome, **como servas secundárias, sem brilho**. Sou uma mulher de baixa estatura, com uma deficiência na coluna que me fez corcunda. Sou a mulher que olha com admoestação e reprovação os tolos que se aproximam com falsa compaixão para tocar minha corcunda e fazer um pedido como amuleto de sorte. (Vieira Júnior, 2021, p. 17; grifos nossos).

Nesse trecho, o texto de Itamar Vieira Junior expressa a voz e a perspectiva de Isabel Pequena (Tia Belita), manifestando a constituição dessa personagem, testemunha de inúmeros disparates e desigualdades. Em suas narrativas Vieira Junior evidencia a desigualdade social e a invisibilidade pela qual as mulheres negras têm sido historicamente atravessadas, mesmo as que possuem formação quando equiparadas às demais mulheres. Dificilmente, as mulheres negras e indígenas, receberão o reconhecimento que mulheres e homens brancos receberam. Ao contrário, mulheres brancas podem ser influentes e prestigiadas junto à sociedade, e têm seus nomes lembrados por seus gestos de caridade e disposição à filantropia, ainda que ofereçam apenas moedas. Isto é, não precisam se esforçar tanto quanto as mulheres negras e subalternizadas, o que pode testificar a relevância das esferas críticas dos estudos interseccionais e do feminismo negro.

A interseccionalidade, para Carla Akotirene (2019), é um marco na luta contra as diferenças, já que essa perspectiva identifica os lugares de colisão existentes entre os sujeitos, nos diferentes espaços. A discriminação esbarra especialmente em mulheres negras, que estão fixadas em lugares periféricos e marginalizados e estão predestinadas ao preconceito e a subalternidades, segundo Akotirene. Para romper com certos propósitos da colonização e da permanência das desigualdades sociais, a interseccionalidade propõe descolonizar determinadas perspectivas hegemônicas do feminismo branco e questionar as avenidas interseccionais a partir de um novo prisma, admitindo o Atlântico como lugar de ruptura e opressão, no qual as intersecções mapeiam os lugares pelos quais ocorrem os maiores embates. Ao questionar determinados efeitos do capitalismo, Akotirene assinala o racismo e o sexismo como marcações que definem a ferro e fogo majoritariamente a mulher negra, condição que se perpetua devidos aos preconceitos de cor e raça, fragmentos das estruturas que constituem as relações sociais e de trabalho no Brasil. Pensamentos esses que podem se articular com as afirmações da personagem:

Somos as mulheres que guardavam suas dores de cólicas caladas, que **escondiam os restos de suas regras no mato**, que colhiam as ervas para as infusões das crianças e dos que convalesciam. [...] **Seguramos a enxada, manejamos a foice**, carregamos largos cestos com a abundância dos frutos que eram as dádivas de nosso trabalho, o dom da terra. (Vieira Júnior, 2021, p. 21; grifos nossos)

O excerto do conto reforça a condição a que a mulher negra no Brasil foi exposta. Na voz de Isabel Pequena vemos o quadro socioeconômico que predomina em contextos de desigualdade. Submetida às precariedades, a mulher negra segue desassistida e desalentada e tem sua feminilidade rejeitada, carecendo das necessidades básicas para sobreviver. Seus filhos recebem de herança o trabalho precário, entrelaçado a condições desumanas e de exploração recorrentes.

Sem ter a quem as ouça, recebem os menores salários, ocupam os postos de trabalho mais insalubres e espaços periféricos. Muitas vezes, ao recorrerem ao Poder Judiciário, têm seus direitos negados. Essas mulheres seguem sem direitos, afirma Akotirene ao revisitar a memória debatida por Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas temem que seus filhos sejam tomados pelo sistema opressor, as mulheres negras temem que seus filhos sejam mortos pelo poder opressor do estado, que presume-se detém o poder através da necropolítica (Akotirene, 2019).

Bell Hooks, por outro lado, acentua a supressão de camadas de afetividade nas práticas sociais: “A ausência de debate público e de políticas públicas relacionadas à prática do amor em nossa cultura significa que ainda precisamos nos voltar para os livros como uma fonte primária de sentido e orientação”. (Hooks, 2021, p. 39). Considerando as raízes de desamor que sustentam os preconceitos e as diferenças entre os povos. Bell Hooks (2019) enfatiza que não há fórmula milagrosa para transformar uma sociedade que foi compartimentada a partir do conceito de colono e colonizador, dividindo a sociedade em dois hemisférios. Em consequência, causou segregação entre povos nacionais e negros e provocou frieza, o que impactou de forma negativa as mulheres e as crianças com violência e dominação. Contudo, leal e sutilmente a autora desmascara o mito do cuidado e do respeito por meio de coação e que só é possível alcançar uma sociedade igualitária e justa trabalhando com este amor que nada tem a ver com o amor que as crianças aprendem ainda na primeira infância, mas um amor de ação, prática e compromisso que vai além do afeto.

O amor é um ato de resistência, no empenho ético para que a justiça seja manifesta. No entanto, é importante salientar que (para a expressão do amor seja significativa em uma sociedade) é essencial romper, efetuar quebra de paradigmas, de preconceitos. Para tanto, é necessário coragem para amar a si próprio e ao outro, abnegar o egoísmo, ser honesto e verdadeiro, viver com simplicidade e leveza. Consciente do labor imperativo do amor que nada tem a ver com o que Hollywood apresenta, mas que empreende reciprocidade e coragem mesmo diante das perdas, já que as transformações sociais ocasionadas por certos traços do mercantilismo e do sistema capitalista, os quais separam por classes, cor e gênero, conduziu a sociedade moderna até o momento presente. O amar é uma das armas capazes de conter a violência, seu exercício como fonte motivadora através de práticas benevolentes e compassivas, e escolas inclusivas. São alguns dos espaços que podem ser transformados através da flexão do modo, tempo, número e pessoa desse verbo.

O conto “A floresta do Adeus” celebra a possibilidade de transformação, o percurso tomado por Luís e Rosa, com resistência e disposição para o enfrentamento, influenciados pelo desejo de transformação social, contrariando a norma imposta. Contudo, a vida, a natureza, este ser vivo que se move em cada ser e que apesar das investidas do homem contra sua existência, se faz presente em cada manifestação da vida e, quando provocado, pode transformar um espaço, um mundo, como vemos nessa narrativa de Vieira Junior:

“Encorajei-a para que levasse pães para Luís, que não voltaria enquanto aquela cerca permanecesse de pé, separando floresta e estrada, terra e terra, famílias, amores.” (Vieira Júnior, 2021, p. 23). Logo, nas palavras de Isabel Pequena vemos o incentivo para a continuidade da luta de Rosa. Assim, em diálogo com Hooks (2020), pode-se visualizar que Tia Belita demonstra a esperança de que aquela cerca desapareça e com ela as diferenças e as distâncias, as quais fragmentam sociedades e impõem desafios em manter laços afetivos em contextos de divisão e desigualdades. Ao oferecer o mantimento ao sujeito da resistência, torna-se coparticipante na luta.

Apesar do quadro apresentado através do conto “A floresta do Adeus”, de Vieira Júnior (2021), no qual a sociedade brasileira teve forjadas individualidades resultantes do sistema econômico implantado pelo império, novas possibilidades de construção de subjetividades podem se apresentar. Hooks (2020) propõe uma nova abordagem: o amor disposto e empático, que valorize o coletivo e favorável ao comum. Quiçá seja a única possibilidade de retomar a natureza humana e coletiva inerente a povos colonizados que aprenderam do colonizador a individualização. Acostumados à distância imposta desde a desapropriação compulsória das terras indígenas, o latino-americano subalternizado não compreende que manter conceitos preestabelecidos pelo império colabora para a manutenção do sistema de exploração e preconceito, que lança o indivíduo à margem da sociedade, engessando e impedindo quaisquer possibilidades de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível efetuar um percurso de indagação reflexiva que buscou associar determinadas ponderações a respeito das esferas teóricas da subalternidade e do preconceito com a apreciação do conto “A floresta do Adeus”, de Itamar Vieira Júnior (2021). O itinerário investigativo apresentou algumas características constitutivas da formação da colonização latino-americana e da manutenção da colonialidade no Brasil (como o papel da supressão e da interdição de veículos expressivos como idioma, religião, música e dança); descreveu certas atuações de racialização na disposição das hierarquias de poder; expôs as condições estruturais precárias a que foram relegadas as possibilidades de urbanização nas cidades periféricas; articulou a manutenção de camadas de violência perpetuadas pelos aparatos repressivos; assinalou algumas peculiaridades compositivas do conto de Vieira Júnior (alternância de vozes narrativas e de perspectivas de visão, influxo de idas e vindas no tempo; localização espacial incógnita) e destacou os papéis virtualidade estética da vivacidade dos afetos e a potencialidade impulsionadora de cenários nos quais os sujeitos se dispõem como protagonistas de suas jornadas e conscientes de seus contextos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. **Olhares negros**. raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. **El lado más oscuro del Renacimiento**. Bogotá: Universitas Humanísticas, 2009.

OLIVEIRA, Paulo Wagner Moura de. Distopia, regionalismo e vozes femininas no conto “A floresta do adeus”. In: JESUS, Dagoberto Rosa de; MAHON, Eduardo (org.). **Panorama literário**: expressões passadas e presentes. Goiânia: Editora Alta Performance, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Tradução: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Editora Clacso, 2005.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Doramar ou a odisseia**: Histórias. São Paulo: Todavia, 2021.